

REGINA SIMÕES

APOSENTADA

Ingressei no Ministério Público no dia 20 de setembro de 1972, prestando um difícil e árduo Concurso, em que foram aprovados 45 candidatos, se não me engano, sendo eu a única mulher aprovada em 16º lugar. O Procurador Geral de Justiça era o Dr. Oscar Xavier de Freitas e o Corregedor Geral o Dr. Gilberto Quintanilha Ribeiro.

Cursei a Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Toledo de Ensino, logrando sempre as melhores notas, disputando o primeiro lugar com Nair, Tabela na Comarca, que não se conformava em ser batida por uma jovem inexperiente, sendo ela uma profissional tarimbada.

Não havia ainda participado da festa de Formatura, que ocorreu em meados do ano e já havia sido aprovada na primeira fase do Concurso, cuja prova oral ocorreu no dia 25 de agosto de 1972. Nessa ocasião houve uma pausa na prova oral e eu, que assistia na plateia, fui abordada por um dos examinadores que me falou que não apreciavam mulheres no Ministério Público e para que eu conseguisse aprovação tinha que ser melhor que os candidatos homens. Aproveite a oportunidade e afirmei que eu tinha certeza de minha vocação para o Ministério Público e que não via motivo para a discriminação que faziam contra as mulheres, pois as nove Promotoras já aprovadas eram muito conceituadas. Acrescentei que daquela feita se não conseguisse vencer o "cerco" que me faziam por ser mulher, que voltaria quantas vezes fossem necessárias até que conseguisse sucesso. Esse examinador, cujo nome não quero revelar, me fez uma pergunta capciosa, mas eu soube responder corretamente e ele teve que me aprovar. Aliás, na ocasião vários colegas assistiam a prova e a saudosa colega, Izabela Gama, foi enfática, dirigiu-se à Banca e afirmou que eu tinha me saído muito bem e que eles não poderiam deixar de me aprovar.

Por essa ocasião, quando me preparava para o Concurso, morava em Santos e estagiava no escritório de um advogado, que era o patrono das causas de Pelé, então no auge da carreira, jogando no Santos Futebol Clube. Quando Pelé soube que eu estava prestando concurso e, se aprovada, seria a décima Promotora Pública mandou me avisar que se eu obtivesse sucesso ganharia uma camisa dele, do Santos, autografada e foi isso que aconteceu. Guardo esse troféu valioso com muito orgulho!

Minha vocação pode se dizer que foi descoberta já no primeiro ano do Curso de Direito, quando eu cursava a Faculdade de Direito Braz Cubas de Mogi das Cruzes, pelo Professor de Direito Penal, Dr. Sebastião Cascardo, Promotor de Justiça da Comarca.

Também meu cunhado e padrinho de batismo, de saudosa memória, Carlos Gilberto Gama, Juiz de Direito então substituto em Mogi das Cruzes, foi meu grande incentivador e inspiração para a carreira que vim a abraçar.

Iniciei a carreira como substituta em São Bernardo do Campo na 1ª. Vara da Comarca. Lá fiz meu primeiro Júri, tendo como adversário o advogado que era Diretor da Faculdade de Direito local. Ele trouxe muitas moças que cursavam Direito em sua Faculdade e confiante na pouca experiência da adversária não estudou bem o processo, sendo surpreendido por mim que o conhecia em detalhes. Era uma causa ingrata, pois o processo tinha pouco material probatório, o que é ruim para o Ministério Público, mas consegui arrancar uma vitória por 4x3, sendo reconhecida minha tese de excesso de legítima defesa. Quando encontrei o Procurador Geral da época, Dr. Oscar Xavier de Freitas, ele queria saber como me sai e brincou comigo dizendo que ouvira dizer que eu fiquei muita nervosa, que quase chorei no Júri. Então lhe respondi que isso não acontecera e que não costumava chorar, que até no enterro de meu pai foi difícil para eu derramar lágrimas!

Era ainda substituta quando houve um Congresso do Ministério Público em Guarapari, estado do Espírito Santo, fui o único Promotor Substituto a ir para lá, tanto que os outros colegas de outros estados achavam que eu era a filha do Procurador Geral de Justiça, Dr. Oscar Xavier de Freitas. As outras Promotoras, bem mais velhas que eu me fiscalizavam e não me deixaram usar maquiagem "duas peças", na moda na época, me fizeram comprar outro mais "sério" e "adequado", pois diziam que não ficava bem a uma Promotora se expor perante os colegas e as outras pessoas, era falta de respeito!. No dia da festa de encerramento do congresso houve um baile e o Governador do Estado compareceu e me tirou para dançar, as outras colegas ficaram ressentidas porque foram preteridas por uma novata, uma "mera substituta".!

Outra passagem interessante ocorreu em um elevador, no prédio do Fórum da João Mendes, onde ficava a sede do Ministério Público na época. Subíamos vários colegas, quando um deles me perguntou onde eu estava trabalhando, respondi e perguntei aonde ele prestava serviço. Tratava-se de um Procurador de Justiça, Dr. Djalma Negreiro Penteado, então ele deu um sorriso e declinou seu cargo, ao que eu fiquei ruborizada, mas me saí bem, pois lhe respondi que ele era tão jovem que eu não podia crer que já fosse Procurador de Justiça. Depois dessa saída diplomática ganhei um amigo e admirador.

Minha primeira Comarca como titular, 1ª. Entrância foi em Miracatu, no Vale do Ribeira, pequena cidade, desprovida de atrativos, que nem prédio próprio do Fórum tinha, era adaptado em um prédio velho, sem qualquer conforto ou equipamentos adequados, nem máquina de escrever havia, era emprestada pelo Cartório. Naquela cidadezinha permaneci cerca de dois anos, muitas vezes tendo que ajudar o Juiz até a fazer audiência, atendendo ao público um dia inteiro da semana, da 08h00min da

manhã as 18h00min e logrando resolver vários problemas, com acordos extrajudiciais o que diminuía bastante a pauta forense.

Como eram poucas as mulheres Promotoras, ainda mais em cidadezinhas do interior, havia grande curiosidade e a maioria das pessoas não achava que se tratava da Promotora, mas da secretária ou auxiliar do Promotor. Foram muitas estórias interessantes e até hilárias que vivenciei.

Minha segunda Comarca, 2ª. Entrância, foi em Itanhaém, com grande extensão territorial, abrangia inclusive Peruíbe, que não era Comarca então, isto pelos idos de 1975.

Estava noiva para me casar, então fui promovida para a Capital, como auxiliar de outras Promotorias, vindo trabalhar junto a 7ª e 8ª Varas Criminais, por volta de 1977, ano em que me casei.

Depois fui transferida, já em Entrância Especial, para a Curadoria de Ausentes e Incapazes, hoje extinta, onde atuavam expoentes do Ministério Público na área cível, como Cândido Rangel Dinamarco. Fui muito bem recebida pelos colegas que muito me ajudaram, pois tinha pouca prática na área cível, mas logo me adaptei, aprendi muito e passei a gostar tanto da área que nunca mais saí do Cível.

Meu primeiro filho, Rodrigo Simões Palma, hoje Juiz de Direito no Estado do Paraná, nasceu em 18 de março de 1980 e o segundo, Ricardo Simões Palma, em 23 de agosto de 1984.

Depois da licença maternidade do segundo filho fui promovida a Procuradora de Justiça, passando a trabalhar no prédio da Rua Manoel da Nóbrega, então recém-inaugurado, onde foram instalados os gabinetes dos Procuradores de Justiça.

Quando foram criadas as Procuradorias de Justiça, presidi a 5ª. Procuradoria Cível, que atuava perante o Primeiro Tribunal de Alçada Civil, hoje extinto. Nessa Procuradoria atuava também o já famoso processualista, Nelson Neri Junior. Eu passei a atuar perante o Órgão Especial daquele Tribunal, fazendo as sustentações orais, em nome do Procurador Geral de Justiça.

Posteriormente me transferi para a 4ª, Procuradoria de Justiça, que atuava perante o Egrégio Tribunal de Justiça, na área Cível. Então fui designada pelo Procurador Geral de Justiça para officiar perante o Órgão Especial, sempre na área Cível. Depois fui designada para presidir a Equipe que oficiava perante a Câmara Especial do Tribunal de Justiça, lá permanecendo por muito tempo, até ser eleita como Secretária do Órgão Especial dos Procuradores de Justiça, cargo esse em que permaneci por um biênio, sendo a primeira mulher a ocupar tal cargo. Também fui à primeira mulher da carreira

a assumir como membro nato do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, cargo esse para o qual fora eleita, anteriormente, para três mandatos.

Concorri ao cargo de Corregedor do Ministério Público, sendo também a primeira mulher a concorrer a tal cargo, não logrando sucesso, contudo.

Deixando o cargo de Secretária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça fui convocada pelo Procurador Geral de Justiça, Dr. Rodrigo Cesar R. Pinho, como Assessora da Procuradoria Geral de Justiça, cargo em que permaneci também por um biênio, ao término do qual, e com o fim do mandato desse Procurador Geral de Justiça, voltei a oficiar nos processos da Procuradoria Cível, na qual continuei lotada, até minha aposentadoria que ocorreu em 10 de março de 2011, após 38 anos de serviços prestados ao Ministério Público, além dos dois anos como estagiária dessa gloriosa Instituição, prestados na Comarca de Presidente Prudente onde cursava Direito.

Tenho muita honra e orgulho por ter servido a essa gloriosa Instituição do Ministério Público a qual dediquei toda a minha vida profissional, ingressando na carreira jovem com apenas 24 anos e permanecendo por cerca de 40 anos, contados os dois anos de estágio prestados a mesma Instituição.

Foram os anos melhores e mais felizes da minha vida. Devo tudo o que sou e o patrimônio moral, intelectual e financeiro que obtive a essa Gloriosa Instituição, na qual tive o privilégio de privar com colegas maravilhosos, até os dias atuais meus melhores amigos, com quem muito aprendi e de quem sempre recebi respeito, carinho e gentileza.

Até meu atual marido, Walter Francisco dos Santos, conheci no Ministério Público, meu colega de carreira, ao qual auxiliei quando cheguei a São Paulo, na 7ª. Vara Criminal. Em 1990 me divorciei de meu primeiro marido, pai dos meus dois filhos, não mais cogitando em me casar de novo, fiquei dez anos nessa condição. No ano 2.000, no dia de meu aniversário, 28 de setembro, na inauguração do prédio sede do Ministério Público, na Rua Riachuelo, reencontrei com o Walter que não via ha muitos anos. Ele ficara viúvo e eu já há dez anos estava divorciada, iniciamos então um relacionamento que culminou em casamento e estamos juntos há 14 anos, havendo plena harmonia entre os nossos filhos. Ele é um grande companheiro, um amigo leal e sincero, o arrimo do outono de minha vida e também esse relacionamento devo a minha carreira no Ministério Público.

Por fim agradeço a APMP pela oportunidade de contar a minha história e deixar gravado em seus anais a minha trajetória pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, instituição que procurei sempre honrar e me dedicar com o maior entusiasmo, dando o melhor de mim, dentro de minhas limitações.